Pensar fora dos muros: os fundamentos da pedagogia libertária contra os espaços da domesticação escolar

José Vandério Cirqueira
do Instituto Federal de Brasília - IFB Riacho Fundo – Brasília – Brasil
jose.vanderio@ifb.edu.br

Resumo: Este trabalho busca discutir as matrizes e os fundamentos da pedagogia libertária frente ao modelo autoritário de organização do sistema educacional brasileiro. Pensar fora dos muros levanta a premissa de contestar a validade das instituições hegemônicas de controle dos espaços escolares e dos sujeitos que os vivenciam. Com reflexão pautada nos fundamentos espaciais e territoriais trazidos pelo olhar geográfico, coloca-se o desafio de superação dos espaços da domesticação escolar. Estes, por sua vez, precisam ser repensados sobre o paradigma da pedagogia libertária, que concebe a escola através dos princípios da autogestão, democracia direta e horizontalidade, espaços de saber plurais que constroem práticas e reflexões de resistência territorial e de organização espacial autônoma.

Palavras chave: Pedagogia libertária. Autogestão. Instrução integral. Desescolarização.

Introdução

Não é um simples encarceramento, é condicionamento profundo, domesticação. Segrega suplantando as possíveis convivialidades destronantes. Uma estratégia sistêmica de apartar, dividir e bloquear forças telúricas. A separação estratégica orquestrada pelo sistema nos enterra vivos na vida cotidiana medíocre imposta desde muito cedo nos bancos escolares, preparando seres para o trabalho degenerador, jogando terra por cima dos sonhos e suspiros de vivências libertas dessa forca. Libertar as amarras não é tão fácil, em virtude de ter sido submetido costumeiramente às chibatas. Estas, talham a carne diariamente, acoites que os senhores nos impõem. A crença destes é cristã, do crime resolvido com castigo, do vigiar e punir para aprender a viver como todos, da eficiente máquina que ensina pela dor, pelo medo, onde quando se bate rapidamente se aprende. A pedagogia mais direta secularmente aplicada.

Por isso as escolas públicas, como os presídios, as ocupações habitacionais precárias e as ruas tomadas por pessoas desabrigadas, se parecem tanto. São diferentes espaços com as mesmas configurações espaciais do disciplinamento, da marginalidade, da exploração, da exclusão e da precariedade. A paisagem desses lugares se assemelha no gênero, na cor da pele, na condição socioeconômica e nos corpos maltratados.

É deste lugar usufruído que parte a defesa de mais força, rigor, vigia e opressão nas escolas, a militarização e a mercadorização neoliberal. Por isso os neo-conservadorismos fascistas e fundamentalistas religiosos tomando avassaladoramente todas e todos, chegando

aos lugares. Pois o medo é o imperativo categórico que nos educa, disciplina e cerceia. São os velhos muros erguidos a milhares de anos e os novos cercamentos que nos assombram hoje. A morte da consciência comunitária e a ascensão da hegemonia condominial, embarreirados, cercados, protegidos por seguras muralhas aferrolhadas. Pensar fora desses muros é o enorme desafio, que se inicia quando a coragem se coloca a começar a derrubada dessas fronteiras, ocupar esses espaços atemorizados, desterrar esses velhos usos disciplinares e re-territorializar a escola, concebendo espaços de saber comunais e libertários.

Prelúdio da desobediência insubmissa

Uma pedagogia das liberdades tenciona a contestação das estruturas de dominação simbólica e material, almeja suplantar os privilégios de classe ao desnaturalizar as desigualdades sociais calcificadas em seu modo de ensino e prática do saber cotidiano.

Esta, não reconhece a legitimidade do formal institucionalizado e da normatividade compulsória do *ethos*, do corpo, da vontade e dos desejos. Entende a centralidade do poder hierarquizado como fundamento primário de todos os demais agenciamentos opressivos contra os indivíduos e as coletividades insubmissas, responsável pela dominação generalizada, na figura do Estado e do capital, pela via da mercadorização e controle mediatizado dos espaços e indivíduos.

Estas monumentais instituições emanam a opressão perenizada sobre os entes que desejam alimentar o querer viver. O horrendo fantasma disciplinar é diariamente nutrido pela legalidade normativa, pelas estruturas de governo e de gestão, pelos aparelhos ideológicos de alienação da consciência coletiva de massas. Generalizados mecanismos de construção, indução e manutenção dos desejos aliciam com imagem fetichista falseando as vontades, que objetifica as relações sociais. Isso, impossibilita a aurora de sociabilidades e geograficidades autônomas e libertadas, que emanam fazeres coletivos do bem comunitário, de redes afetivas e consistentes de ajuda mútua, capazes de acessar o verdadeiro hedonismo social da dignidade e vontade de vida plena.

Essa consciência da mediação reificadora funciona como barreira ao fluxo caudaloso da insurgência, principal caminho que ameaça o niilismo social de controle dos corpos e das mentes. A possibilidade de combate a este modelo estatista mortificante é neutralizada a todo o tempo, que por sua vez, sobram exaustivamente protótipos de difusão de um projeto de vida e mundo únicos, modelar e normatizador, suavemente atentando continuamente numa violência silenciosa contra mentes e seres, brutalmente produzindo frieza, conflito, ódio e desesperança. Suas maquinarias sofisticadas de emudecimento dos gritos de indignação

entorpece os inebriados cônjuges dessa união compulsória. Este matrimônio prega a entrega ao projeto sacro de devoção aos sistemas de sujeição difusa, perene e molecular, obra diariamente erguida pelos peões a serviço dos donos do território da mediação exploratória.

Nesse século XXI, cada vez mais fica claro que o espetáculo da dominação midiática, do sistema-mundo mercadológico, bancário e informacional e das tecnologias da informação são as armas do controle das massas. Ferramentas que entretêm os muitos, não os deixando acordar, são promotoras do parasitismo social e da paralisia coletiva, da submissão aliciante do tempo, do uso dos lugares e mobilidade pelo mesmo e das relações interpessoais. No cotidiano torpemente experienciado estão os territórios de exploração da força de trabalho e os espaços disciplinares das escolas como epítetos dessa modelagem conjuntural.

Eis a pedagogia libertária, esse modo de ensinar que abdica dos delineamentos disciplinares, dos sistemas de controle e de submissão. Esta sistemática convencional subjuga o hegemonizado e sustenta o dominador sobre o subalterno. Uma pedagogia da *Desobediência civil*, gestada nas guinadas libertárias de Henry Thoreau (2007), do *Falso princípio da nossa educação*, de Max Stirner (2001), artigo de 1842 que marca simbolicamente o nascimento oficial da pedagogia libertária, é fortalecida pelo destemor das diversas práticas, lutas e experiências anarquistas clássicas do passado. Esse legado, mais tarde, já no século XX, vai adquirindo certa maturidade sensualista nas proposições eróticas libertárias de Foucault, Derrida e Deleuze, conforme demostrou Sílvio Gallo (2008), entre outros, além de ser abraçada pela ancestralidade potente dos que não querem ser subalternos, no diálogo descolonial, desconhecendo o valor das epistemologias dominantes do projeto da colonialidade do poder.

Nessa premissa anárquica de saber fazer, pensar e ser, desejar e lutar, está a instrução para a insurgência, que visa mobilizar a revolta, a resistência, o combate do opressor e a defesa da emancipação, como almejou todos os radicais e conforme defendeu Ferdnand Pelloutier (CHAMBAT, 2006).

Enquanto que hoje, ao invés de estarmos construindo essa escola livre, esses espaços da resistência autogerida, profusão da dignidade e organização sociocultural comunitária, com valores solidários e de sustentabilidade, estamos embrenhados de lama massacrante por todos os lados, vigia e ameaças aos profissionais da educação, disciplina e coerção às alunas e alunos. Há um desmedido retorno do nefasto campo minado do embrutecimento fascista que vem tomando de assalto as escolas brasileiras, por exemplo, caso da militarização dos espaços escolares, com a dita gestão compartilhada, amplamente constituída em Goiás e em expansão no Distrito Federal. Esse modelo de escola ecoa claramente o macroprojeto de sociedade futura do nosso país, partindo do desmonte da escola pública, difundindo por toda a sociedade através da instituição mais sagrada para governos autoritários, a família. Fiel aos totalitarismos

fundamentalistas da expansão religiosa do cristianismo, seja ele, católico carismático ou neopentecostal, com suas teologias da prosperidade e meritocrática, estais constituído o lamaçal estrutural da nossa sociedade: Estado, mercado, família, igreja e escola.

Esse grande projeto no Brasil de dilaceramento do sistema público de educação se estrutura por três pilares fundamentais: *a militarização das escolas* (controle social da insurgência, filha da latente desigualdade); *a Lei da Mordaça* e demais instrumentos coercitivas legais da autonomia de ensino e da gestão dos espaços escolares (controle político do espaço público e dos corpos contestatórios, combatendo a diversidade cultural, de gênero, étnica e ideológica, cerceando os temas de diversidade que afrontam o modelo de controle); *a gestão partilhada*, "privatização" do uso dos recursos, ou terceirização da gestão e uso dos espaços escolares, caso das Organizações Sociais (apropriação do setor privado ou não público dos recursos e dos mecanismos de acesso aos bancos universitários).

Sob todo esse pesado modelo sufocante, ontem e ainda hoje, o projeto libertário de escola e conhecimento resiste, pois acredita na *liberdade sem medo* [do modo de Neill (1970)], ou numa *pedagogia do risco* [como o faz Gallo (1995)], pois tem outro olhar sobre os saberes, o ensino e a troca de conhecimento, fora desse pesadelo do passado que ainda hoje nos amedronta. Seja, o fascismo, o estatismo, o capitalismo, o colonialismo, o racismo, o sexismo, o patrimonialismo, o machismo etc., estruturas dirigistas e autoritárias, mercadológicas e competitivas, que disputam encarniçadamente os miseráveis recursos, espaços e pessoas.

A velha escola sempre esteve aqui. O Estado teme a autonomia da gestão, verdadeiramente participativa, democrática e integrada à comunidade, com isso, ele cobra a conta da virtual independência que fragilmente tentou-se construir, como se fosse cobrando de volta os farrapos que havia jogado fora para os indigentes. O espaço escolar foi constituído por ele e pelo mercado para ser lugares disciplinadores. A escola brasileira, caso em discussão, olhando para a militarização ironicamente operada por governos ditos democráticos, sempre foi esse quintal do Estado, das empresas e dos militares, lugar de encarceramento virtual das e dos jovens, e segregação socioespacial. Pífios investimentos, precarização completa do sistema, e agora, a tônica do controle, disciplina, vigia, moralização dos costumes, violência simbólica, imaterial e material, preparando jovens para uma sociedade aterrorizada pelo subemprego do precariado do trabalho, do medo e da submissão generalizada.

Nesse sentido, diversas pedagogias, mais diretamente e as vezes indiretamente, reproduziram esses quereres dirigistas e do controle. Não assumidamente explícitos, seus objetivos são ofuscados pelos metarrelatos da cidadania, do desenvolvimento, da política pública governamental, da igualdade social e da democracia representativa. As pedagogias progressistas buscaram tencionar certa crítica aos modelos hegemônicos, mas se limitaram a

identificar problemas no sistema passíveis de correção no jogo da correlação de forças e conciliação de classe, gênero e raça, pela via das reformas, do assistencialismo e do projeto liberal de sociedade.

Diferentemente da maior parte das demais matrizes pedagógicas, a pedagogia anarquista, mais especificamente, e a pedagogia libertária, de um modo mais geral, são regiões da transmissão e reflexão dos saberes que superam as íngremes escarpas que separam o saber do fazer, sobretudo, o aprender do engajar-se. É uma pedagogia da revolta, do levante e da revolução.

As pedagogias antiautoritárias aguçam a reorientação do sentido de aprendizado: é preciso apreender a realidade socioespacial, socioterritorial e socioambiental para poder compreender contestando, possibilitando refletir para ter a condição de indagar. Indignar-se com o que não se dignifica, conduzindo a situação perene de contestação dos instrumentos repressivos. Ela se pedagogiza na luta, no levante e no enfrentamento, dentro e a partir dos territórios de resistência, na construção de territorialidades autonomistas do saber-fazer-viver-conhecimentos-práticas libertárias e de economias comunalistas.

Na conflitualidade, as pedagogias insurgentes compreendem que, em meio aos territórios de resistência e envolto pela atmosfera da desobediência insubmissa se apreende a realidade socioespacial sem o *Véu de Maia*, sem a cortina de fumaça aliciadora da mediação espetaculosa mercantil, da ordem estatista e mercadológica e da normatização castigadora da religiosidade hegemônica.

A cortina de fumaça, fruto dos confrontos contra os estabelecimentos da inércia que subalterniza, esclarece a visão daqueles envolvidos com o estado de luta. Nas barricadas e com balaklavas ou passamontagnas, diminuem a miopia para que se possam ver melhor os mecanismos de alienação mercadológica. Uma prática geográfica aprendida nas trincheiras da anarquia, como quis demonstrar Cirqueira (2018). Depois da barricada não existe o amanhã, só o hoje. Nessa batalha é acionado o desejo telúrico pela transformação do saber em prática socioespacial engajada para a vida, tecida pela sociabilidade e geograficidade autogestionária.

Desse modo, o ensino das liberdades ácratas pela ação direta acredita na superação das íngremes escarpas castradoras, responsáveis pela separação entre conhecimento e fluxo social do fazer. Kropotkin (2015) demonstrou claramente isso, essa divisão entre trabalho intelectual e manual como fonte das desigualdades e a escola como receptáculo desse modelo segregatício.

Para superar essa acidentada barreira constituída lentamente a partir do momento em que os indivíduos abriram mão de sua capacidade autônoma e de autogestão é fundamental compreender essa pedagogia como movimento de resistência, e resistência em movimento, e

no caso do prisma libertário, é um movimento socioespacial do antipoder. Ou seja, ressignificar os espaços do saber pela luta, perfazendo espaços cooperativos antiautoritários.

Ensinar para revoltar é assimilar o saber como o instrumento da profunda transformação das consciências e da materialidade imanente-transcendente do ser e existir. E se o sustentáculo da separação entre o saber e o fazer-lutar está no poder soberano é preciso então querer a *liberdade sem medo* e instruir fora dos muros.

Pensar fora dos muros

O exercício de pensar fora dos muros advém de uma posição individual e em grupo em prol da revolta. Ele é totalmente oposto aos convencionais exercícios escolares, que servem para castigar e punir na cadência da regra e da repetição, pedacinho de conduta vivida nos bancos das salas de aula que, por sua vez, se generalizam pelos espaços disciplinares na vida diária.

Superar o estágio de encarceramento em que o pensamento foi sendo construído é um dos projetos desejados por aqueles que pensam fora dos muros. Indagar, refletir ou mesmo contemplar e desejar são posturas solares que estão consequentemente limitadas à lógica do cerceamento compulsório do intelecto, sistematizadas nos princípios do racionalismo etnocêntrico ocidental. Guinar par o selvagem ou superação da colonialidade no sentido da antropologia libertária de Eduardo Viveiros de Castro (2015) parece ser um projeto muito distante.

Negar a epsteme de base civilizatória colonial e suas pedagogias dominantes de consenso coercitivo não pode decorrer do equívoco de cair no relativismo pós-moderno de apenas negar a ciência e o saber científico oficial em nome de um vazio epistemológico, ou mesmo uma pseudo ciência, pseudo saber e ensino tecnicista funcionalista, como tanto querem os proto-fascistas de hoje. Mas ao contrário, conseguir negar a colonialidade e suas epistemologias dominantes e ortodoxas do crivo euro-norte-americano centrado nos sistemas e nos CIStemas, para buscar os saberes ancestrais, populares e comunitários, ancorados no perspectivismo, por exemplo o ameríndio, de Castro (2015). No lado oposto do cientificismo e do relativismo está o perspectivismo, mais sensorial e menos racionalista. Nele, derruba-se o paradigma civilizacional, emerge-se assim, o anticivilizatório ou antissistêmico. Enfatiza-se de igual modo, as epistemologias heterodoxas ou contra-epstemes, sejam elas matrizes ou linhas reflexivas, desobedecendo as epistemologias com as ferramentas do campo anarquista selvagem, ou mesmo, podendo caber abordagens do campo descolonial e *queer*.

Um grande exemplo do muro que hoje assistimos é a própria escola. O monumento escolar recobre o aprendizado solar. Ali o pensamento serve às formas do mercado de trabalho, aos formatos de uma vida inerte, seccionada ao repetido ritmo escola-trabalho. Seu objetivo é aprofundar a separação entre o saber fazer/viver e o feito, e impossibilitar qualquer retomada do fluxo social do fazer, nos termos dados por John Holloway (2013), outrora esquecido nos mais distantes recônditos da existência selvagem.

O pensamento é elaborado no interior desses cadafalsos da inteligência (tomando liberdade para fazer referência à duplicidade metafórica estabelecida por Camus (1998) – em *A inteligência e o cadafalso*). O propósito disso é afugentar a/o selvagem que habita em cada um/a de nós, para cercar de arames com farpas afiadas os espíritos livres, para amordaçar as bocas insubmissas e amarrar nos troncos os corpos indomáveis.

O pensamento que ultrapassa os muros das escolas chega até a esquina, vira à esquerda na ladeira íngreme e encontra a pracinha depredada, onde a horizontalidade política da ágora nunca se fez ali. Desse modo, resta assistir televisão, mexer no celular e rir enquanto o poder gerencia sua vida.

Ultrapassando os limites do bairro da escola, esse pensamento liberto dos muros de outrora, passa por desiguais, mas quase uniformes moradas precárias, de tijolos furados à vista, sem reboco, com chão sem revestimento e telhas de amianto que comprovam onde realmente se vive as ilhas de calor na urbe desigual. Habitações de meia água que abrigam as vozes inaudíveis, onde perecem as vítimas humanas, com seus os corpos surrados pelo labor escravagista. Esta condição é imposta pelos senhores dos privilégios, donatários criadores de consciências embrutecidas, que por sua vez, estas exalam o suor da humilhação.

Neste contexto de desgaste físico e emocional é preciso reinventar suspiros de fuga do absurdo, para que seja neles experimentados a possibilidade de um cotidiano menos sufocante, em que o pesado dia a dia marcado pela soberania da falta, uma escassez transfigurada na face sofrida, sentida diariamente pelos rearranjos e sonoridades do estômago desolado, possa ser minimamente suportável.

Essas mulheres, homens, trans, gays, lésbicas, crianças e idosos marcados pela rotina sedimentar da opressão, com suas cabeças baixas e quando levantadas expressam o desespero humano, estão condenados a serem livres nessa prisão sem muros, que os donos do pedaço os acorrentaram.

Perdoe-me Sartre (2005), mas a facticidade de liberdade condenada não pôde ser vivenciada e compreendida por aqueles do norte. A espessura da espacialidade do sul nos faz experimentar condenações fatalistas jamais honestamente sentidas por aqueles que estão fora

desses muros. A dimensionalidade dessa região de dor só pode ser compreendida pelos entes dessa tessitura sufocante, do tédio inebriante do roubo do bem-estar.

Então, onde começa e termina os muros? No corpo. Na cor da pele. Na vontade. Na consciência. Na coragem. No gênero. Na força. Na luta. Na sensibilidade e no cuidado. O limite é a barricada, entre os que aqui estão entrincheirados e aqueles de lá, que colhem frutos irrigados pelo suor dos que não podem se indignar.

Por isso, pensar fora dos muros é poder levar a consciência do intelecto para fora das condições do conformismo, é fazer do pensar o instrumento para se poder levantar e revoltar.

Princípios gerais de uma pedagogia libertária

A pedagogia libertária foi o campo do saber que depositou muita preocupação à questão dos muros da consciência. Colocou para si, enquanto fundamento principal, não temer a libertação irrestrita. Ao contrário de todas as outras formas autoritárias de pedagogia, o campo libertário somente acreditava na educação pela plena liberdade. Na verdade, a atividade dessa pedagogia sem medo, sem cercas e sem barreiras, reside na desescolarização.

Educar partiu sobremaneira do princípio clássico e depois iluminista de que o sujeito é passivo na paisagem hostil, ou ao contrário, o homem é predador na natureza sensível. Nesse sentido, o papel legado à escola foi o de imprimir nesse corpo a consciência doméstica, seja para que o primeiro consiga vencer as intempéries do meio, ou, para adestrar a indolência do segundo frente ao mundo de ordem e beleza.

Para além da desescolaração, é preciso também, deseducar. Deseducar é desacreditar nesses dois mitos sacros do conhecimento. É reconhecer a condição reativo-criativa de cada indivíduo, em que somente na libertação das capacidades de ação e reflexão será possível compreender o mundo e nele passar a refletir e modificar, consequentemente, se modificando.

Não existem paisagens nem seres inertes prontos para ser moldados. A doutrinação não está nas escolas e nem nas professoras e professores. Ambos, sujeitos e escola, são produto-produtor da realidade espacial que o envolvem. São construtores criadores e destruidores de sentido. Então, educar é deseducar, diante da matriz libertária. Porque ela está comprometida em retirar e não depositar aquilo que conforma e acovarda.

O alcunho libertário, trazido à tona por Joseph Déjacque, no ano de 1857, veio acolher a multiplicidade de vertentes radicais, antissistêmicas e ações de antipoder ou antiautoritárias no campo gravitacional do anarquismo clássico. É interessante pensar que esse adjetivo generaliza e acolhe inúmeras concepções, podendo ser usado para explicar tanto os comportamentos dos libertinos medievais, com suas condutas libertárias na Europa religiosa

do passado, quanto às desconstruções motivadas pelo pós-estruturalismo dos anos de 1980. O conceito de Déjacque foi despretensioso para a elasticidade que a palavra libertário pode conter e contém até os dias de hoje.

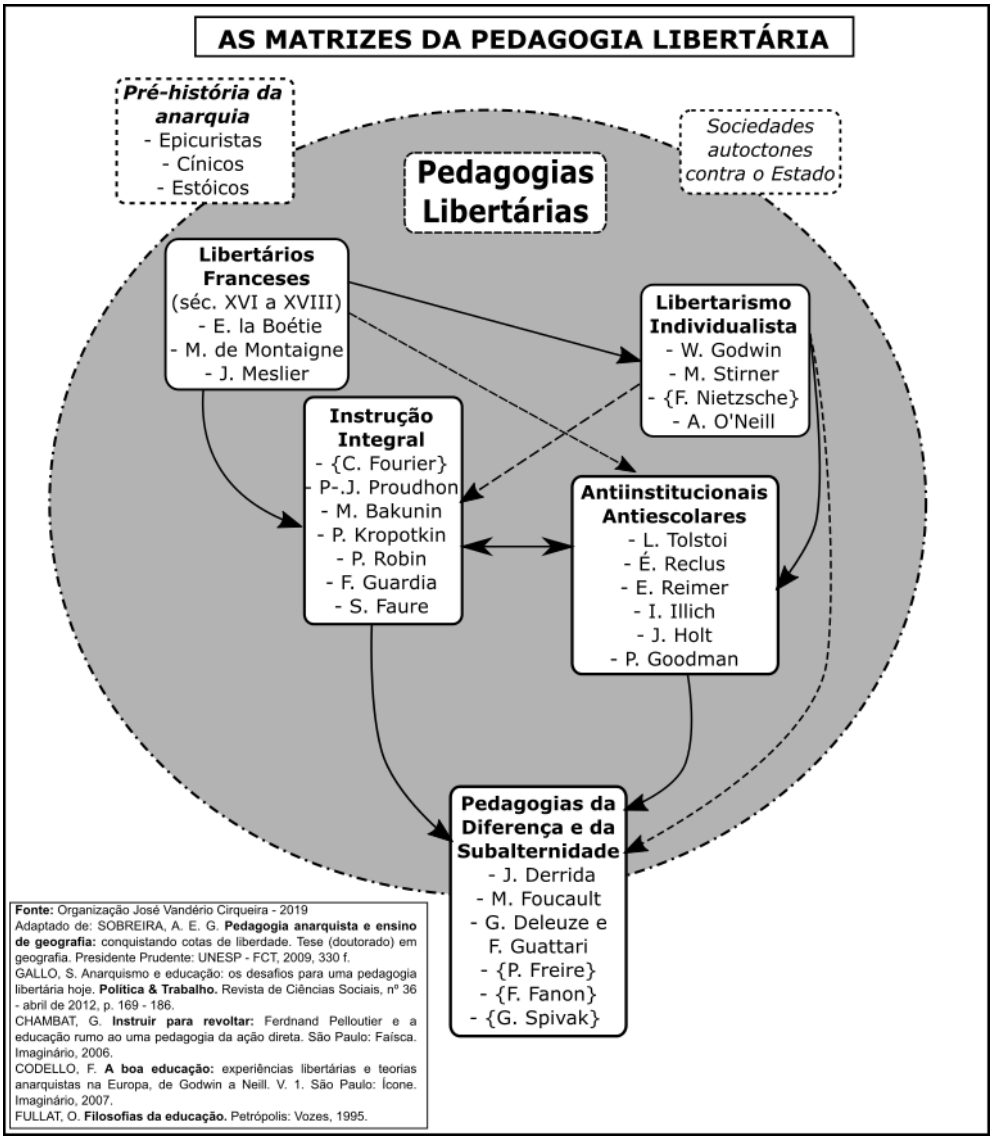
No caso restrito da pedagogia, a flexibilidade é a mesma. Seus pressupostos e fundamentos principais estão presentes tanto na matriz anarquista, tomando-a como astro irradiador, bem como nas concepções libertárias do iluminismo, de modo um tanto fragmentada no cosmo do saber, como um cinturão de asteroides vagando pelo limbo.

Desde as sociedades autóctones, aquelas contra o Estado, conforme o trabalho Clastres (2013), com pedagogias da prática e da autonomia comunitária, ou mesmo da antiguidade grega, passando pelos individualistas e libertários franceses, se tem fragmentos de formas libertárias de transmitir conhecimento e sabedorias. Porém, uma matriz primordial que se assevera dentro do campo libertário da pedagogia é a instrução integral, em meados do século XIX, defendida nos primórdios por Fourier e Proudhon (mais indiretamente) e Bakunin, Robin, Guardia e Faure (mais diretamente), resultando nas extraordinárias experiências da Escola Moderna.

Uma matriz paralela, não rival, mas também com peso, é a antiinstitucional ou antiescolar, da desescolarização, caso direto de Illich, Holt, Goldman, até mesmo, Reclus e Tolstoi, sob outros aspectos do que os últimos, os primeiros estiveram vinculados aos debates do final do século XX. As pedagogias particulares de Godwin, Stirner, Neill, e até mesmo Nietzsche, este mesmo estando fora da vertente libertária, funcionaram como constituidoras fundamentais das duas principais matrizes da pedagogia libertária, a instrução integral e a antiinstitucional, que não se opõem, mas trocam e se complementam, pois querem, de todo o modo, a superação das velhas escolas. Toda essa riqueza vai culminar, mais recentemente, nas pedagogias da diferença e da subalternidade, cabendo os campos pós-estrutural e descolonial.

Por sua vez, sob a força gravitacional da anarquia, a pedagogia libertária estende-se pelo espaço da perspectiva da autonomia, bem como, a pedagogia radical marxista mais heterodoxa, ou do dito marxismo marginal, caso de Fanon, e também, na abordagem libertadora, tendo aqui no Brasil, o nome de Paulo Freire como esse ponto de contato entre o marxismo e o campo libertário.

Explicitamente, a matriz libertária da pedagogia opõe e confronta-se ao paradigma da educação liberal progressista. Essa ruptura na postura ética pode ser notada quanto à oposição de conceitos fundamentais, em que os valores ácratas negam o modelo liberal de sociedade de mercado.



A educação mercadológica tem como projeto estabelecer nos sujeitos a sujeição. Não querem individualidades autônomas. O modelo financeiro de educação está delimitado pelo estímulo ao trabalho morto, obediência às leis e a normas de controle individual e social. Também, à necessidade exaustiva de qualificação, essa indulgência matricial à evolução servil, ritmada pelo treinamento e disciplina das capacidades adestradas. Esse tipo de dominação crê na promoção da produtividade do mercado, está univocamente a serviço de alimentar o *ethos* da liberdade liberal que se restringe ao modo de vida da competitividade meritocrática e da frugalidade cotidiana consumista.

O *ethos* da anarquia busca recuperar valores libertários outrora vivenciados pelas *sociedades contra o Estado*, tomando emprestada a noção inquirida por Pierre Clastres (2013), essa existência imanente selvagem, ou apenas, das comunidades autônomas que atravessam toda nossa história, chegando até hoje, tendo como premissa, a recriação o despertar e

ampliação desses valores insubmissos na atual sociedade. Não é um projeto totalizante, pois visa atingir os mais diversos grupos de enclaves que permanecem lançados na paisagem homogênea da dor.

Sem essa tensão anarquista pela libertação, resta suportar essa atmosfera dolorosa em virtude de a mesma ter sido diluída pelos instrumentos de aliciamento nos mais distantes confins do viver, fazendo com que seja suportável se manter dia após dia, nutrindo-se por mais uma última ilusão.

O movimento anarquista e a pedagogia libertária têm como tática territorial fortalecer a rede dos debaixo, e a escola é o lugar em destaque para se construir a identidade de luta e cooperativa desse projeto de organização espacial autogerido. Desde a Escola Moderna de Ferrer i Guardia (2010) até hoje o tema da educação é muito caro para nós anarquistas. Sempre foi, mas com a experiência das escolas livres, o movimento cada vez mais passou a valorizar o espaço escolar como ponto de partida da transformação da sociedade pela via da educação. A ocupação das escolas no Brasil, em 2016, de certo modo, reavivou esse projeto.

Dentro do campo das pedagogias libertárias ou antiautoritárias está o domínio da anarquia e da autonomia. Estes domínios congregam conjuntos de estudos, de reflexões e de práticas com princípios dialógicos que interagem ao domínio marxista heterodoxo e libertador. Estes últimos integram-se fortemente com os demais em virtude de portarem o arquivo discursivo, conforme enuncia Foucault (2010), da emancipação, da resistência e da autonomia, princípios mais amplos e balizares das concepções antiautoritárias do saber e do ensino.

Embora haja similitudes ente as abordagens antiautoritárias também existem pontos de conflito e distanciamento, com práticas às vezes desconexas uma das outras. Esses espaços de resistência da promoção de saberes engajados são poeiras no cosmo de conformismo, preexistindo de forma dispersa nos mais diversos territórios de luta, principalmente em meio aos assentamentos rurais de luta pela terra, nas ocupações urbanas, nas favelas e demais aglomerados de exclusão, nos interfluxos diários dos movimentos socioterritoriais e manifestações de resistências políticas moleculares.

Os pontos de oposição ou somente momentos em que destoam as correntes pedagógicas no interior do continente antiautoritário, na maioria das vezes, ocorrem diante do exercício de interpretação do objetivo da luta dissidente, entre o universo das pedagogias anarquista e da autonomia e as pedagogias marxistas e libertadoras, conforme muito qualificadamente demonstrou Sobreira (2009).

O lugar em que essas oposições se acentuam se dá no ponto de referência em que as mesmas interpretam as relações de poder, sobretudo no que tange o papel do Estado e sua relação com a escola e o sentido do processo de revolução.

Seguindo os fundamentos teórico-práticos e as divergências entre as matrizes filosóficas, as pedagogias que compõem o campo libertário e antiautoritário também reproduzem pontos em que destoam ou mesmo oposições intrínsecas aos processos didáticos do conhecimento. Para o anarquismo e a autonomia o ensino deve negar o princípio do Leviatã, funcionando como deseducação ao crivo normativo. Este, por sua vez, justifica o paternalismo do poder na figura do Estado e dos micropoderes autoritários.

Na interpretação ácrata, a escola deve ser laica, desvinculada do Estado e contra o Estado, anticapitalista, pois nega a competitividade e busca a economia da dádiva ou cooperativa. O ensino caminha na direção de construir consciências autônomas e uma política autogerida, que, pela ação da ilegitimidade desconhece e combate a qualquer custo a institucionalidade que esteja fora dos princípios da autonomia, nos termos dados por Castoriadis (1986).

Já nas pedagogias marxista e libertadora, a escola também é laica, embora ainda permaneça a crença no contrato social, no financiamento e tutela da escola ao sistema de governo, na figura do Estado revolucionário, sob ditadura do proletariado.

A abordagem libertária valoriza a educação vinculada à prática de ensino do antipoder, que possa ser capaz de promover as zonas autônomas e alimentar a revolta dissidente a partir do chão da escola, na busca de fissurar o Leviatã e o capital. Por isso é uma pedagogia que, em grande parte de seus defensores, ocorre a defesa antiinstitucional adepta da desescolarização, vinculada aos propósitos apresentados por Ivan Illich (1973). Já na abordagem marxista e libertadora, a teoria e a prática de ensino estão voltadas para a revolução proletária, por isso a educação é libertadora e baseada na instrumentalização do discurso crítico-revolucionário do trabalhador e da trabalhadora, apostando na formação política de base no espaço escolar.

Os objetivos principais das pedagogias libertárias e antiautoritárias, mesmo às vezes divergindo uma da outra, são a promoção da emancipação humana, o espírito de luta ou de revolta, onde na escola ou pelo conhecimento e saberes adquire-se o sentimento de resistência e de insubmissão, fomentando o devir revolucionário em cada indivíduo e nos grupos sociais, almejando a autonomia, a liberdade e a dignidade social, possibilitando aos entes da sociedade tornarem-se sujeitos ativos dos processos da transformação da realidade socioespacial que os envolvem.

Deseducar: para superar os espaços da domesticação

Deseducar é o esforço de superar os territórios da domesticação. Esses princípios libertários de pedagogia cimentam o projeto de um modelo de ensino para além das cadeiras, quadros e paredes da escola. É ver o projeto político pedagógico como movimento social, socioambiental e socioterritorial do antipoder. É desconhecer o sentido soberano de autoridade como modelo de governo e gestão de recursos, pessoas e espaço, para reconhecer o papel da gestão autônoma da escola sem muros.

Os princípios do antipoder colocam em xeque os pilares da sociedade capitalista, sua mercantilização de todas as relações sociais e seu controle dos corpos eróticos solares. Essa

pedagogia da vida reconciliada com a Terra abnega as estruturas de mediação exploratória presentes nesse sistema do controle, como o trabalho e a consequente separação por ele operada entre sujeito e objeto, a fetichização do fluxo social do saber, que se sofisticou com o advento da sociedade do espetáculo, conforme claramente demonstrou Guy Debord (1997).

Por isso, deseducar. Negar a educação normativa, que enquadra o ser e busca dividir o indizível, tornar o indivíduo em sujeito. A educação libertária, a deseducação, estimula a potência de existir no indivíduo e das coletividades, a unicidade do viver, a exuberância e força desejosa que está por traz de cada dia respirado e sensualizado com o que o rodeia: a imanência-transcendente do mundo, o devir intenso e animal [nos termos de Deleuze e Guattari (2017)] da natureza reconciliada consigo e com o meio.

A educação libertária não quer norma, forma ou padronização. Não é uma última ilusão que torna todos em sujeitos genéricos. Não traz uma verdade absoluta, mas uma compreensão do quanto somos forjados a ferro e fogo e que podemos almejar desviar esse curso. É a compreensão do princípio trágico emancipatório da laicidade, em que entende a vida como perecível, fugaz e que pode ser exaurida com desejo de vida contente. Ser livre para aprender a liberdade. Apreender a liberdade para poder ser livre.

Não faz sentido educar para que possamos aprender a obedecer, e sim para nos instigar a refletir e transformar o ímpeto da obediência. Não há uma fórmula para essa fuga para as montanhas, para o sertão ou para os desertos, como fizeram os aborígenes nas suas tribos e diásporos, nos quilombos e aldeias. Recriar valores e práticas ancestrais, ou mesmo relembrar desses territórios imateriais escondidos na nossa carne e sangue hereditário, na consciência exuberante da dignidade, como a ajuda mútua e a cooperação. São leis milenares usadas para poder expandir do indizível ao múltiplo, sem subtrair o particular pelo o universal, e o plural pelo pessoal.

Esse saber indisciplinar e hedonista, sensual, livre e desejoso, que prevaleceu no passado e atravessou toda nossa experiência socioespacial até hoje, pode ser revivido no presente de uma forma sólida e amplamente integrada, não como suspiros fragmentários de micromundos ou ecos de um passado distante. São através de práticas de autogestão, da ação direta e do poder horizontal, libertas da normatização, que estão as possibilidades de existir os territórios autônomos, lugares de solos férteis para florescer as fissuras ao poder hegemônico, comparado ao projeto sísmico defendido por John Holloway (2013).

Esta pedagogia deseduca para que seja possível libertar os territórios dos agentes de controle, deixar a terra livre, com novas redes afetivas e de experiências de compartilhamento em equilíbrio ambiental no espaço. Em que a disputa por espaço seja para garantir a plenitude da dignidade humana. Negar os espaços de controle com seus mecanismos de ordenamento

totalizantes para poder viver em territorialidades autônomas, sejam estas provisórias e nômades, ou sazonais e permanentes, como desejou Hakin Bey (2010).

Considerações finais

Como superar os espaços de domesticação disciplinar? Com educação libertária. Educação não como uma política de Estado (militarização das escolas), nem como uma política governamental (centralismo democrático ou liberal reformista), nem como mercadoria meritocrática segregacionista (neoliberal) gerida pelos instrumentos coercitivos de poder, mas como um projeto de emancipação da vida e transformação profunda da sociedade. Como movimento social e como coletividades em movimento.

Que espaços são esses? Espaços revolucionários. Estão nos acampamentos rurais de luta pela terra, nas ocupações urbanas de luta pela moradia, nos projetos de resistência nas favelas, buscando ganhar espaço, se firmar e vencer esse modelo único de escola. Financiados pela sociedade e organizações comunitárias cooperativas, do chão e em menor escala, geridos pela povo, pelas comunidades que o abraçam, projetando do local ao regional e nacional, da esquerda e de baixo, costurados pelos conselhos populares comunais, alcançar a autogestão do modelo, autodeterminados pela antipolítica da dignidade [nos dizeres de Holloway (2013)].

Uma rede de ensino e saberes horizontal, decentralizada, uma teia integrada e libertada, com conteúdo emancipatório e currículos autônomos, socioambientalmente e étnico-culturalmente radicais, focados no projeto libertário de mundo e de sociedade.

Em defesa das minorias, esse espaço de saber em construção, luta contra as injustiças e combate as desigualdades sociais, as opressões de gênero e a discriminação racial. Esses espaços conservam, constroem e reconhecem a diversidade religiosa, identitária ou ateológica. Uma educação não desenvolvimentista, nem civilizatória, mas da sustentabilidade e socioambientalmente engajada. Uma educação que instrua para a revolta, para o levante contra todos os instrumentos ideológicos, materiais, imateriais e políticos de controle, dominação, disciplinar e coerção de corpos, desejos e liberdade.

Derrubar os muros, arrancar as mordaças, vencer os velhos feudos escolares, construir comunas libertárias de saberes, eis o modelo antiautoritário, e não lugares dominados por governos, patrões e igrejas. Um projeto de individualidades e coletividades em permanente resistência, para construir mundos outros, aqui, agora, ecologicamente sustentáveis, socialmente igualitários, etnicamente diversos, de múltiplos corpos libertos e gêneros desconstruídos da normatização compulsória.

Thinking outside the walls: the foundations of anarchist pedagogy against the spaces of school domestication

Abstract: This paper discusses the matrices and the foundations of anarchist pedagogy against the authoritarian model of organization of the Brazilian educational system. Thinking outside the walls raises the premise of contesting the validity of hegemonic institutions of control of school spaces and the subjects who experience them. With guided reflection on spatial and territorial grounds geographical brought by the look, place the challenge of overcoming the spaces domestication school. These, in turn, need to be rethought on the paradigm of anarchist pedagogy, which sees the school through the principles of self-management, direct democracy and horizontality, spaces to know plural building practices and territorial resistance reflections and autonomous spatial organization.

Keywords: Anarchist pedagogy. Self-management. Integral instruction. Unschooling.

Pensar fuera de los muros: los fundamentos de la pedagogía libertaria contra los espacios de domesticación escolar.

Resumen: Este artículo discute las matrices y los fundamentos de la pedagogía libertaria contra el modelo autoritario de organización del sistema educativo brasileño. Pensar fuera de los muros plantea la premisa de impugnar la validez de las instituciones hegemónicas de control de los espacios escolares y los sujetos que los experimentan. Con una reflexión basada en los fundamentos espaciales y territoriales aportados por la vista geográfica, se plantea el desafío de superar los espacios de domesticación escolar. Estos, a su vez, deben repensarse en el paradigma de la pedagogía libertaria, que concibe la escuela a través de los principios de autogestión, democracia directa y horizontalidad, espacios plurales de conocimiento que construyen prácticas y reflexiones de resistencia territorial y organización espacial autónoma.

Palabras clave: Pedagogía libertaria. Autogestión Instrucción integral. Desescolarización.

Referências

BEY, H. **Zonas autônomas temporárias**. Porto Alegre: Deriva, 2010.

CAMUS, A. **A inteligência e o cadafalso.** Rio de Janeiro: Record, 1998.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CASTRO, E. V. de. **Metafísicas canibais. elementos para uma antropologia pós-estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

CHAMBAT, G. **Instruir para revoltar**. Fernand Pelloutier e a educação rumo a uma pedagogia da ação direta. São Paulo: Faísca, 2006.

CIRQUEIRA, J. V. **Geografias subterrâneas** – para ensinar uma prática geográfica nas trincheiras da anarquia. União da Vitória: Monstro dos Mares, 2018.

CLASTRES, P. **A sociedade contra o Estado**. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

CODELLO, F. **A boa educação: experiências libertárias e teorias anarquistas na Europa, de Godwin a Neill.** V. 1. São Paulo: Ícone. Imaginário, 2007.

DEBORD, G**. A sociedade do espetáculo**. São Paulo: Contraponto, 1997.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs – capitalismo e esquizofrenia**. Vol. 4. São Paulo: 34, 2017.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do saber**. São Paulo: Forense Universitária, 2010.

FULLAT, O. **Filosofias da educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

GALLO, S. Anarquismo e educação: os desafios para uma pedagogia libertária hoje. **Política & Trabalho.** Revista de Ciências Sociais, nº 36 - abril de 2012, p. 169 - 186.

GALLO, S. **Deleuze e a educação**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

GALLO, S. **Pedagogia do Risco** – experiências anarquistas em educação. Campinas: Papirus, 1995.

GUÀRDIA, F. F. i. **A escola moderna**. Piracicaba: Ateneu Diego Giménez, 2010.

HOLLOWAY, J. **Fissurar o capitalismo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

ILLICH, I. **Sociedades sem escolas.** Petrópolis: Vozes, 1973.

KROPOTKIN, P. **Campos, fábricas y talleres**. Barcelona: Editorial Descontrol, 2015.

NEILL, A. S. **Liberdade sem medo. (Sumerhill**). Radical transformação na teoria e na prática da educação. São Paulo: IBRASA, 1970.

SARTRE, J-P. **O ser e o nada**. Ensaio de ontologia fenomenológica. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOBREIRA, A. E. G. **Pedagogia anarquista e ensino de geografia:** conquistando cotas de liberdade. Tese (doutorado) em geografia. Presidente Prudente: UNESP - FCT, 2009, 330 f.

STIRNER, M. **O falso princípios de nossa educação**. São Paulo: Imaginário, 2007.

THOREAU, H. D. **A desobediência civil**. São Paulo: L&PM, 2007.

Sobre o autor

José Vandério Cirqueira - Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Mestre em geografia pelo Instituto de Estudos Socioambientais, da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professor de geografia do quadro permanente do Instituto Federal de Brasília. Ativista anarquista, desenvolve pesquisas na área de história do pensamento geográfico, epistemologia da geografia, geografia anarquista e demais geografias subterrâneas.

Recebido para avaliação em dezembro de 2019
Aceito para publicação em janeiro de 2020